



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2016

A FOMENTO PARANÁ – Agência de Fomento do Paraná S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem o Estado do Paraná como principal acionista. A autorização para criação da instituição foi dada pela Lei Estadual nº 11.741/1997. A autorização de funcionamento foi concedida pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999 (DEORF/DIFIN-99/239). O capital social autorizado atualmente é de dois bilhões de reais. Como instituição financeira de desenvolvimento, a empresa é submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A instituição atua em sintonia com as políticas públicas estaduais focadas no desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional, com o objetivo de estimular a ampliação da base produtiva e promover a inovação no Paraná.

Financia obras de infraestrutura, aquisição de máquinas e equipamentos, escolas, postos de saúde, entre outros projetos dos municípios paranaenses. E disponibiliza também crédito para empreendedores de todos os portes e setores da atividade econômica em todas as regiões do estado, estimulando práticas sustentáveis no desenvolvimento dos negócios.

É gestora de fundos como o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), o Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM), o Fundo de Aval Rural (FAR) e o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR). E participa ainda como cotista dos fundos de investimento em participação Criatec3 e Sul Inovação. Responde também pela gestão e cobrança da carteira de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, oriundos da monetização do Banco do Estado do Paraná – Banestado.

### MISSÃO

“Promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense.”

### VISÃO DE FUTURO

“Ser referência como instrumento financeiro no apoio ao desenvolvimento sustentável do Paraná.”

### VALORES

“Ética, transparência, comprometimento, confiabilidade, cooperação e inovação.”

### DESTAQUES DO EXERCÍCIO DE 2016

- Ao longo do ano, a FOMENTO PARANÁ contratou R\$ 231,5 milhões em operações do setor público, atendendo 120 municípios. A liberação de recursos contratados para essas operações registrou o volume anual recorde de R\$ 357,5 milhões — 76,3% a mais que no ano anterior.
- No setor privado, no mesmo período, foram contratados R\$ 124,0 milhões em operações de crédito para apoiar empreendedores de micro, pequeno e médio porte.
- Com isso a carteira de crédito total da FOMENTO PARANÁ alcançou a marca de R\$ 1.175,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, com crescimento de 26,6% sobre igual período de 2015.
- Destaca-se em 2016 o crescimento de 38,5% no volume de operações de microcrédito, que somou liberações de recursos na ordem de R\$ 56,9 milhões, com 5.199 contratos firmados beneficiando empreendedores de 228 municípios.
- A FOMENTO PARANÁ implantou a linha MPE Aprendiz, com recursos de repasse do BNDES para capital de giro, para atender empresas de micro e pequeno porte.
- Em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, foi lançada a linha de crédito FOMENTO CULTURA, para apoiar empreendedores da economia criativa.
- A FOMENTO PARANÁ criou a linha de crédito Banco do Empreendedor - Energia, para financiar a aquisição e instalação de equipamentos para geração de energia a partir de fontes renováveis e para substituição de equipamentos para melhoria da eficiência energética.
- A FOMENTO PARANÁ elevou os limites para financiamento nas linhas de microcrédito e criou a linha Banco do Empreendedor – Microcrédito Fidelidade, na modalidade de capital de giro puro. A nova linha atende microempresas e Microempreendedores Individuais (MEI) que já são clientes e que pagaram em dia todas as parcelas de contratos anteriores com a instituição.
- Por meio de uma parceria entre a FOMENTO PARANÁ e a Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (AERP), foram colocados à disposição de emissoras paranaenses de rádio AM R\$ 10 milhões da linha Banco do Empreendedor Micro e Pequenas Empresas, para financiar projetos de migração dessas emissoras para a faixa de frequência FM.
- A FOMENTO PARANÁ implantou um novo sistema de concessão de microcrédito. Com interface intuitiva, inteligente e explicativa, o sistema simplificou os procedimentos dos agentes de crédito e tornou mais rápido o fluxo das operações, permitindo aumento das contratações.
- A FOMENTO PARANÁ fez os primeiros aportes de recursos nos fundos de investimentos em participações Criatec 3 e Sul Inovação, apoiados pelo BNDES e pela FINEP, respectivamente. Os dois fundos reúnem aproximadamente R\$ 250 milhões para apoiar, com capital de risco, empreendimentos inovadores e com alto potencial de crescimento.
- A FOMENTO PARANÁ ficou em primeiro lugar na 10ª edição do “Prêmio Citi Melhores Microempreendimentos” na categoria Gestão Inovadora para Instituições de Microfinanças. Realizado pela ONG Aliança Empreendedora e patrocinado pela Citi Foundation.
- Em parceria com o Sebrae-PR, a FOMENTO PARANÁ promoveu um Encontro Estadual de Agentes de Crédito e promoveu a primeira edição do Prêmio FOMENTO PARANÁ e Sebrae-PR de Microcrédito, para premiar a atuação dos agentes das instituições parceiras.
- Para melhorar o controle e a qualidade do atendimento externo, foi implantada uma nova Central de Atendimento, com equipe profissionalizada, instalada na Celapar - Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná.
- A FOMENTO PARANÁ implantou a Política de Responsabilidade Socioambiental, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.327 de 25/04/2014. A norma estabelece o compromisso com o desenvolvimento sustentável, colaborando para o crescimento econômico consciente, a preservação da biodiversidade e do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida no Paraná, com práticas que prezem pelo equilíbrio destas dimensões.
- A FOMENTO PARANÁ implantou e deu início às primeiras ações da UniFomento, uma ação voltada à capacitação e qualificação de colaboradores internos e externos, no âmbito do Governo do Paraná, por meio de cursos, palestras, workshops, etc.
- A FOMENTO PARANÁ organizou em parceria com a Sebrae e Casa Civil o Encontro de Prefeitas e Prefeitos Eleitos – Gestão 2017-2020, em Foz de Iguaçu, com a presença de 353 prefeitos e respectivas equipes.
- A partir do mercado de crédito, surgiu uma nova realidade operacional conjugada com as perspectivas advindas do Planejamento Estratégico 2015-2018, com foco na maximização da eficiência operacional, identificou-se a necessidade de elaboração de estudo visando o redimensionamento do quadro de pessoal e, ainda, readequação da Estrutura Organizacional. O referido estudo foi finalizado em 2016, com aprovação do modelo e implementação em 2017.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### Lucro Líquido

O lucro líquido da FOMENTO PARANÁ acumulado no exercício de 2016 cresceu 33,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Alcançou o montante de R\$ 101,6 milhões.

Esse desempenho foi impactado significativamente pela receitas obtidas com intermediação financeira, que registraram crescimento de 17,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 218,0 milhões.

O aumento da receita, por sua vez, foi influenciado basicamente pela elevação das taxas de juros que remuneram as aplicações financeiras e a carteira de crédito da instituição. Cerca de 33,2% dos ativos são remunerados pela CDI/CETIP e SELIC, que registraram variação média de 5,5%. E cerca de 60,0% da carteira de crédito é remunerada pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), índice que apresentou variação média 20,0% no período.

O aumento do volume de liberação de recursos para operações do setor público implicou em aumento correspondente nas despesas administrativas no período, devido ao pagamento pelos serviços prestados pelo agente técnico operacional Paranaidade, que incide sobre recursos liberados em operações do setor público.

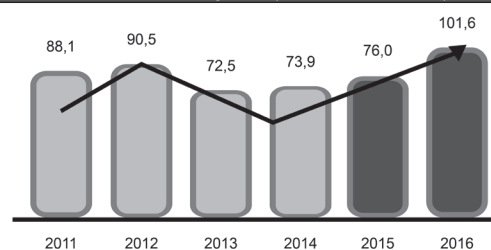
A despesa decorrente desses pagamentos passou de R\$ 14,1 milhões em 2015 para R\$ 28,3 milhões em 2016, elevando as despesas administrativas para R\$ 37,6 milhões, valor 64,3% acima do aplicado no exercício de 2015. As despesas de pessoal somaram R\$ 29,1 milhões, o que representa acréscimo de 16,1% em relação a 2015.

Como resultado, em 2016 as despesas gerais (pessoal, administrativas e tributárias) somaram R\$ 76,6 milhões. O valor representa um acréscimo de 35,4% em comparação a 2015.

Destacamos ainda que em 2016, houve crédito de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), no montante de R\$ 96,4

milhões (40,5% superior ao registrado em exercício 2015). Esse valor proporcionou benefício tributário na ordem de R\$ 43,4 milhões (ante R\$ 28,7 milhões registrados em 2015). Com essa estratégia houve uma redução significativa do valor devido a título de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o que contribuiu para o aumento do lucro líquido no exercício.

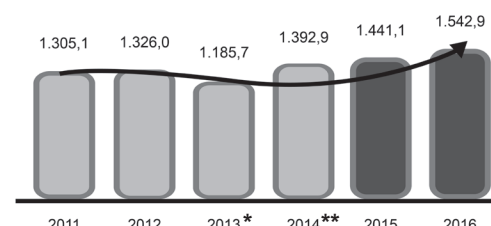
#### Lucro Líquido (Milhões de Reais)



#### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da FOMENTO PARANÁ totalizou R\$ 1.542,9 milhões em dezembro de 2016. O valor representa uma elevação de 7,1% sobre os R\$ 1.441,1 milhões registrados no ano anterior. O crescimento decorre basicamente de capitalização, no valor de R\$ 96,5 milhões, promovida pelo acionista majoritário, que incorporou parte dos Juros sobre o Capital Próprio, relativos ao 2º semestre de 2015 e do exercício de 2016, conforme prevê a Lei Estadual nº 17.655/2013.

#### Patrimônio Líquido (Milhões de Reais)

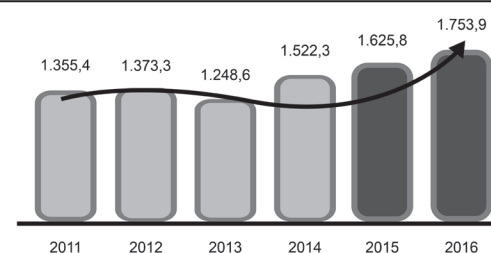


\* Descapitalização de R\$ 150 milhões pelo acionista majoritário. \*\* Reconstituição do capital em R\$ 150 milhões

#### Ativo Total

Os ativos totais da FOMENTO PARANÁ apresentaram crescimento de 7,9%, com saldo de R\$ 1.753,9 milhões em dezembro de 2016. Na composição dos ativos, destaca-se a representatividade de 65,8% da carteira de crédito, contra 33,2% da carteira de títulos e valores mobiliários (totalmente lastreadas em títulos públicos federais), e 1% os demais ativos.

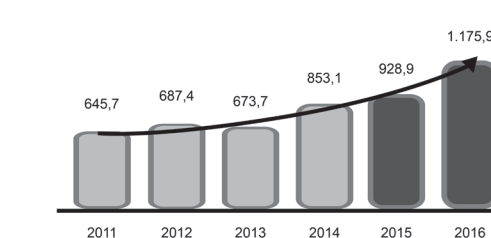
#### Ativo Total (Milhões de Reais)



#### Carteira de Crédito

A carteira de crédito total da instituição teve um crescimento de 26,6% no período, passando de R\$ 928,9 milhões, registrados em dezembro de 2015, para R\$ 1.175,9 milhões, em dezembro de 2016. Em cinco anos o crescimento verificado é de 82,1%.

#### Carteira de Crédito (Milhões de Reais)



#### Adequação de Capital

O coeficiente de adequação de capital (índice de Basileia) apurado em dezembro de 2016 foi de 53,8%. A FOMENTO PARANÁ encontra-se num cenário confortável em relação ao mínimo exigido pelo BACEN, que é de 11%. Entre as instituições financeiras de desenvolvimento essa média está em torno de 41% para agências de fomento e 21% para bancos de desenvolvimento (09/2016). O Patrimônio de Referência para o período encerrado em 31 de dezembro foi de R\$ 284,7 milhões.

#### Classificação de Risco

A FOMENTO PARANÁ iniciou o processo de obtenção da classificação de risco (rating) em 2013, junto às agências internacionais Fitch Ratings e Moody's. À época as duas agências classificaram a instituição no patamar de "grau de investimento", segura para os investidores e com boas práticas de governança corporativa; com boa qualidade de ativos e de rentabilidade, além de manter um colchão de reservas adequado, com excelentes garantias para a principal carteira de crédito, que é voltada ao setor público.

Em 2016 a Fitch Ratings atribuiu e manteve o rating nacional da FOMENTO PARANÁ em AA, com perspectiva estável, em grau elevado. O rating global passou de BB+ negativa para BB negativa.

A agência Moody's afirmou o rating de emissor de longo prazo da FOMENTO PARANÁ na escala global em moeda local para Ba3 (de Ba1), com perspectiva estável. E o rating de emissor de longo prazo na escala nacional brasileira para A2.br (de Aa2.br).

A variação do rating da FOMENTO PARANÁ deve-se, principalmente, ao rating soberano nacional e ao rating do Estado do Paraná, acionista controlador da instituição, ambos afetados seriamente pelo cenário macroeconômico desfavorável do período.

#### Valor Adicionado

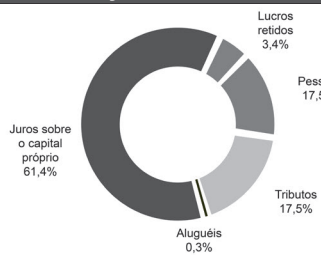
A riqueza gerada pela FOMENTO PARANÁ no exercício de 2016, medida pelo conceito de valor adicionado, alcançou o total de R\$ 156,9 milhões. Desse valor, R\$ 27,6 milhões foram recolhidos aos cofres públicos na forma de tributos — 99,4% para a esfera federal e o restante 0,6% ao Estado e ao município de Curitiba.

Outros R\$ 27,4 milhões foram destinados para remuneração dos colaboradores da instituição - valor 12% superior ao exercício anterior. Aos acionistas foram destinados R\$ 96,4 milhões - elevação de 40,5% em relação ao mesmo período de 2015.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2016

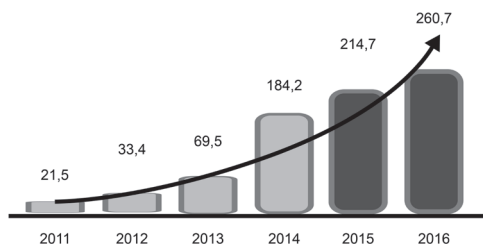
### Distribuição Valor Adicionado



### PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

A FOMENTO PARANÁ dirige atenção especial aos empreendedores paranaenses, principalmente aos de micro e pequeno porte. Apoiada em parcerias estratégicas com secretarias e Estado, prefeituras, instituições representativas do setor produtivo e o Sebrae-PR, a empresa tem procurado aumentar a capilaridade no estado, formando uma rede de agentes de crédito vinculados a esses parceiros, para melhor atender esses empreendedores. Prova desse esforço é o crescimento de 1112% da carteira de crédito do setor privado, nos últimos seis anos. Passou de R\$ 21,5 milhões, em 2011, para R\$ 260,7 milhões em 2016.

### Carteira de Crédito - Setor Privado (Milhões de Reais)



### Microcrédito

O Programa de Microcrédito da FOMENTO PARANÁ está disponível em todo o território paranaense, como política de democratização do acesso ao crédito e estímulo ao desenvolvimento local, por meio de uma rede de agentes de crédito vinculados a parceiros institucionais.

Os principais beneficiados são microempreendedores, muitas vezes informais, que tem dificuldade de acesso ao sistema financeiro tradicional, inclusive pela falta de agentes financeiros em diversas localidades.

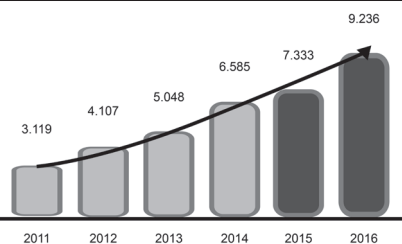
Atualmente a FOMENTO PARANÁ mantém 340 postos de atendimento, que cobrem 266 municípios. São utilizados recursos próprios e repasses do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Graças à expansão e à capacitação da rede de agentes, o número de operações contratadas de microcrédito e o número de contratos ativos apresenta evolução constante e significativa, ano a ano.

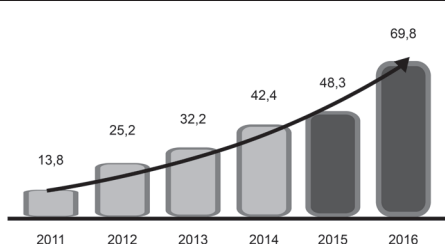
Em 2016, o número de contratos ativos de microcrédito cresceu 26%, passando de 7.333 para 9.236, registrados em 31 de dezembro. Nos 12 meses foram contratadas 5.199 operações, para atender empreendedores de 228 municípios, que captaram R\$ 56,9 milhões, valor 66% superior ao liberado em 2015.

A carteira de microcrédito, que somava R\$ 48,3 milhões em dezembro de 2015, cresceu 44,5% em um ano e atingiu a marca de R\$ 69,8 milhões. Desde 2011, o crescimento dessa carteira chega a 400%.

### Número de Contratos Ativos Microcrédito



### Carteira de Crédito - Microcrédito (Milhões de Reais)



Um trabalho acadêmico desenvolvido em 2016 no Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná com dados da FOMENTO PARANÁ apontou o impacto do microcrédito no nível de atividade econômica dos municípios. Para cada 1% adicional no valor médio contratado nos anos de 2011 a 2013 houve uma variação média de 0,32% no PIB dos 235 municípios considerados no estudo.

### Micro, pequeno e médio porte

A FOMENTO PARANÁ também financia empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, com valores acima de R\$ 20 mil, por meio de recursos próprios, com repasses do BNDES/FINAME e da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), ou ainda do FDE.

Os repasses permitem apoiar projetos de maior porte, em valores de até R\$ 20 milhões, por meio de linhas como BNDES Automático, BNDES PROGEREN, FINAME e FINEP Inovacred.

Em 2016 a FOMENTO PARANÁ contratou R\$ 44,2 milhões em recursos de repasse do BNDES e da FINEP.

### Financiamento aos municípios

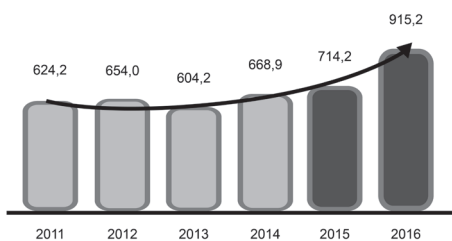
O financiamento aos municípios — Operações do Setor Público — forma a maior fatia da carteira de crédito da FOMENTO PARANÁ (78%). São usados recursos próprios, integralizados ao capital da instituição e destacados junto ao Banco Central do Brasil – (BACEN), para o Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM); e repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por meio do programa Pró-Transporte ou do BNDES (PMAT-Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos).

Todas as operações do Setor Público são feitas em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) e seu ente vinculado, o Serviço Social Autônomo Paranaense, que atua como órgão técnico na contratação dos projetos de financiamento.

Em 2016 as liberações de recursos de operações do setor público cresceram 28% e atingiram um volume recorde, de R\$ 357,5 milhões, o que elevou essa carteira de crédito para o montante de R\$ 915,2 milhões. Ao longo do ano 216 municípios paranaenses foram beneficiados com essas liberações de recursos para obras e aquisição de máquinas e equipamentos.

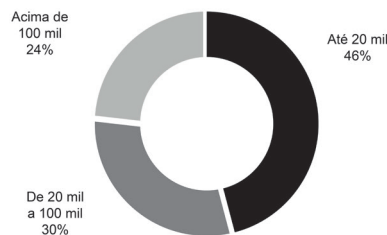
Em 31 de dezembro, a instituição possuía operações ativas com 312 dos 399 municípios paranaenses (78%). Nenhuma operação desta carteira apresentava atraso ou inadimplência.

### Carteira de Crédito - Setor Público (Milhões de Reais)



O volume contratado em 2016 somou R\$ 231,5 milhões, referentes a 120 operações realizadas para apoiar 102 municípios. Os municípios com menos de 20 mil habitantes foram responsáveis pela contratação de 46% dos recursos. Cidades entre 20 mil e 100 mil habitantes contrataram 30% e as com mais de 100 mil habitantes contrataram 24%.

### Operações de Crédito - Setor Público - Por número de habitantes



Os principais objetos financiados pelos municípios são: pavimentação de vias urbanas, aquisição de equipamentos rodoviários, construção de escola municipal, posto de saúde, cicloviária, aquisição de terreno para área industrial ou para conjunto habitacional, para aeroporto, centro de convivência de idosos, centro cultural, paço municipal, sistema de gerenciamento de resíduos sólidos, ponte, ginásio de esportes, iluminação pública, infraestrutura tecnológica, parques, praças e áreas verdes.

### RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E GESTÃO DE FUNDOS

Além de estruturar e operar financiamentos, a FOMENTO PARANÁ atua na gestão operacional e financeira do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), do Fundo de Aval Rural (FAR), do Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) e do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR).

#### Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE

O Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) é destinado a apoiar o desenvolvimento socioeconômico do Paraná mediante apoio financeiro aos setores público e privado, por meio de operações especiais de crédito e de participações societárias.

O fundo é usado também para concessão de subvenção econômica nos programas Trator, Implementos e Equipamentos Solidários, na modalidade de equivalência em produtos; nas linhas Banco do Empreendedor Micro e Pequena Empresa e Banco do Empreendedor - Taxistas, na modalidade equalização de taxas de juros.

Os recursos do FDE são utilizados ainda para subvencionar a taxa de prêmio de seguro rural de 29 culturas cultivadas no Paraná, para dar suporte ao Programa de Seguro Rural para a Agricultura Familiar. A subvenção em geral reduz em até 50% o volume de recursos que o produtor precisa pagar a título de prêmio pela apólice de seguro para a lavoura.

#### Fundo de Aval Rural - FAR

A FOMENTO PARANÁ é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná (FAR), instituído pela Lei Estadual nº 14.431/2004. O fundo prevê recursos para garantir o risco das operações contratadas por agricultores beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, junto à rede bancária conveniada. Em valores históricos, esse fundo já beneficiou 13.811 tomadores de crédito rural, tendo alavancado mais de R\$ 100 milhões em créditos do PRONAF operados pelo Banco do Brasil.

#### Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM

O Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) tem a finalidade de prover recursos financeiros à FOMENTO PARANÁ para promover a redução das taxas de juros nas operações de microcrédito. O fundo também garante o suporte, por meio da equalização de taxas de juros, à linha Paraná Juro Zero, destinada a estimular atividades empreendedoras de famílias atendidas pelo programa Família Paranaense, coordenado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Em 2016 foram utilizados R\$ 478,5 mil para equalizar operações de microcrédito da FOMENTO PARANÁ.

#### Cobrança de Ativos e Bens

A FOMENTO PARANÁ é responsável pela cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados "Ativos do Estado", originários da operação de saneamento do Banco do Estado do Paraná S.A., desde março de 2001.

#### Fundo Garantidor de PPPs - FGP/PR

A FOMENTO PARANÁ foi designada pelo Governo do Paraná, por meio da Lei Estadual nº 18.376/2014, a assumir a gestão do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR). O fundo foi criado com um patrimônio de R\$ 257 milhões, entre recursos líquidos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e ações preferenciais das companhias estaduais de energia (Copel) e de saneamento (Sanepar), e contar ainda com recursos oriundos dos direitos econômicos dessas companhias. A administração dos recursos financeiros do FGP/PR está a cargo da Caixa Econômica Federal (CEF).

A estruturação do FGP-PR teve a participação das secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda. O fundo pode prestar contra garantias a seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais para garantir o cumprimento de obrigações do poder público em contratos de PPPs.

O Governo do Estado autorizou a participação do FGP-PR em uma oferta pública de ações (Re-IPO) da Companhia Paranaense de Saneamento (Sanepar), realizada na Bolsa de Valores em dezembro. Todas as 35 milhões de ações da Sanepar que estavam integralizadas no FGP-PR foram vendidas na oferta pública, gerando arrecadação de R\$ 321 milhões.

Em seguida o Governo do Estado solicitou o resgate de R\$ 157 milhões em recursos do FGP-PR. Esse é o montante que excede a liquidez necessária ao fundo para prestar as garantias previstas em contratos firmados pelo Estado até o momento.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor estimado do Patrimônio do FGP-PR era de R\$ 443,9 milhões. O resgate dos recursos pelo Governo do Estado deu-se em janeiro, mediante aprovação do Conselho de Gestão do FGP-PR (Diretoria Reunida) e da Assembleia de Cotistas do FGP-PR.

### PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A FOMENTO PARANÁ está executando o 2º Ciclo de Planejamento Estratégico (2015-2018). O principal objetivo estratégico nesse ciclo é a sustentabilidade da instituição. Para cumprir a missão de "promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense" é preciso que haja perenidade das atividades e lucratividade nas operações.

Por isso, o Planejamento Estratégico estabelece como objetivos melhorar processos, consolidar rumos e preparar a empresa para os próximos anos. São cinco eixos estratégicos: Incremento de Capital, Clientes e Parceiros, Processos e Governança, Desenvolvimento Social e Gestão do Conhecimento.

Em 2016 as diferentes áreas deram início às atividades relacionadas aos projetos estratégicos e estruturantes considerados importantes para atingir as metas e os objetivos institucionais. Entre eles está o Fomento 2.0, que visa a melhoria de processos e a implantação de uma solução tecnológica estrutural integrada, com foco em melhorias na governança corporativa e na excelência das rotinas operacionais. Outro é a Rede de Agentes 2.0, que tem como objetivo o desenvolvimento e implantação de uma rede de correspondentes bancários.

Como parte desse processo foi implantada em 2016 a Central de Atendimento Cliente, com a contratação de um ente terceiro e especializado no mercado. Profissionalizado, o atendimento ganhou eficiência e agilidade na resposta aos clientes e agentes de crédito, o que possibilita o monitoramento das demandas que podem vir a gerar mudanças gerenciais nas atividades.

Também foram iniciados estudos para redimensionar o quadro funcional, de modo a potencializar habilidades e capacidades dos colaboradores, com vistas à melhoria de processos e desenvolvimento de novos projetos.

A FOMENTO PARANÁ também se prepara para receber um aporte de recursos de um financiamento internacional captado pelo Governo do Estado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o programa Paraná Urbano III. Serão US\$ 150 milhões, para investimento em infraestrutura nos municípios e fortalecimento do SFM.

Essas são algumas das ações que pretendem consolidar a FOMENTO PARANÁ como instituição imprescindível ao estado contribuindo com o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável, com ganhos na renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O planejamento estratégico da FOMENTO PARANÁ é sustentado por boas práticas de governança corporativa, de pessoas e de logística, pelo sólido relacionamento com os públicos de interesse, boas relações com organismos de controle, com o mercado e com instituições assemelhadas do Sistema Nacional de Fomento.



# AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Av. Vicente Machado, nº 445, 4º andar. CEP 80.420-010 - Curitiba - PR



PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015
<b>Circulante</b>	<b>854.712</b>	<b>939.104</b>	<b>Circulante</b>	<b>44.281</b>	<b>59.147</b>
Títulos e valores mobiliários (Nota 3c e 5)	575.778	713.340	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 3k e 9)	32.911	17.168
Carteira própria	575.778	713.340	BNDES	26.594	14.422
<b>Operações de crédito</b>	<b>276.770</b>	<b>224.755</b>	FINAME	2.812	1.971
Operações de crédito (Nota 3d e 6)	285.442	241.458	Outras Instituições	3.505	775
Setor público	193.055	161.889	<b>Outras obrigações (Nota 10)</b>	<b>11.370</b>	<b>41.979</b>
Setor privado	92.387	79.569	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	21	15
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6e e 6f)	(8.672)	(16.703)	Sociais e estatutárias	2.584	24.017
<b>Outros créditos</b>	<b>1.891</b>	<b>938</b>	Fiscais e previdenciárias	3.648	14.016
Rendas a receber	1.286	1.612	Diversas	5.117	3.931
(-) Deságio em operações de transferência de ativos (Nota 6a e 7a)	(484)	(1.247)			
Diversos (Nota 7b)	1.089	573			
<b>Outros valores e bens</b>	<b>273</b>	<b>71</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>898.029</b>	<b>685.222</b>	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>166.718</b>	<b>125.587</b>
Títulos e valores mobiliários (Nota 3c e 5)	6.907	-	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 3k e 9)	139.639	99.635
Carteira própria	6.907	-	BNDES	96.985	69.153
<b>Operações de crédito</b>	<b>879.277</b>	<b>676.849</b>	FINAME	14.585	15.379
Operações de crédito (Nota 3d e 6)	891.871	690.882	Outras Instituições	28.069	15.103
Setor público	722.155	552.335	<b>Outras obrigações (Nota 10)</b>	<b>27.079</b>	<b>25.952</b>
Setor privado	169.716	138.547	Fiscais e previdenciárias	7.378	9.230
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6e e 6f)	(12.594)	(14.033)	Diversas	19.701	16.722
<b>Outros créditos</b>	<b>11.845</b>	<b>8.373</b>			
(-) Deságio em operações de transferência de ativos (Nota 6a e 7a)	(882)	(2.213)			
Diversos (Nota 7b)	12.727	10.586			
<b>Permanente (Nota 3h)</b>	<b>1.182</b>	<b>1.486</b>	<b>Patrimônio líquido (Nota 12)</b>	<b>1.542.924</b>	<b>1.441.078</b>
Investimentos	2	2	Capital		
Outros investimentos	2	2	De domiciliados no país	1.269.396	1.248.253
<b>Imobilizado de uso (Nota 8a e 8b)</b>	<b>1.153</b>	<b>1.441</b>	Aumento de capital	75.440	-
Outras imobilizações de uso	3.106	3.000	Reservas de capital	1	8
(-) Depreciações acumuladas	(1.953)	(1.559)	Reservas de lucros	198.087	192.817
<b>Intangível (Nota 8c)</b>	<b>27</b>	<b>43</b>			
Ativos intangíveis	303	81			
(-) Amortizações acumuladas	(276)	(38)			
<b>Diferido (Nota 8b e 8c)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>			
Gastos de organização e expansão	-	257			
(-) Amortizações acumuladas	-	(257)			
<b>Total do ativo</b>	<b>1.753.923</b>	<b>1.625.812</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>1.753.923</b>	<b>1.625.812</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>Receita da intermediação financeira</b>	<b>112.797</b>	<b>217.967</b>	<b>185.099</b>
Operações de crédito (Nota 3d)	69.434	127.571	98.201
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 3c)	43.363	90.396	86.898
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(15.912)</b>	<b>(30.238)</b>	<b>(32.211)</b>
Operações de empréstimos e repasses	(6.367)	(11.226)	(5.591)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6e e 6f)	(9.545)	(19.012)	(26.620)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>96.885</b>	<b>187.729</b>	<b>152.888</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>(38.512)</b>	<b>(70.272)</b>	<b>(52.047)</b>
Receitas de prestação de serviços (Nota 13)	2.041	3.343	2.488
Despesas de pessoal (Nota 14)	(15.403)	(29.086)	(25.048)
Outras despesas administrativas (Nota 15)	(22.400)	(37.641)	(22.910)
Despesas tributárias (Nota 16)	(5.090)	(9.894)	(8.622)
Outras receitas operacionais (Nota 17)	3.595	5.838	7.241
Outras despesas operacionais (Nota 18)	(1.255)	(2.832)	(5.196)
<b>Resultado operacional</b>	<b>58.373</b>	<b>117.457</b>	<b>100.841</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>58.373</b>	<b>117.457</b>	<b>100.851</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (Nota 3l e 19)</b>	<b>(5.963)</b>	<b>(13.195)</b>	<b>(21.941)</b>
Provisão para imposto de renda	(3.124)	(7.125)	(12.870)
Provisão para contribuição social	(2.839)	(6.070)	(9.071)
<b>Participações estatutárias no lucro</b>	<b>(2.584)</b>	<b>(2.584)</b>	<b>(2.863)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>49.826</b>	<b>101.678</b>	<b>76.047</b>
<b>Juros sobre o capital próprio (Nota 3m e 12c)</b>	<b>(48.204)</b>	<b>(96.408)</b>	<b>(68.632)</b>
<b>Número de ações</b>	<b>1.344.836</b>	<b>1.344.836</b>	<b>1.248.253</b>
<b>Lucro líquido por ação do capital social (em R\$)</b>	<b>37,05</b>	<b>75,61</b>	<b>60,92</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais)

Descrição	2016		2015	
	2º Semestre	%	Exercício	%
<b>Receitas</b>	<b>107.729</b>		<b>206.016</b>	
Intermediação financeira	112.797		217.967	
Prestação de serviços	2.041		3.343	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.545)		(19.012)	
Outras receitas/despesas	2.436		3.718	
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(6.367)</b>		<b>(11.226)</b>	
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(22.106)</b>		<b>(37.503)</b>	
Materiais, energia e outros	(33)		(71)	
Serviços de terceiros	(17.866)		(29.445)	
Outras	(4.207)		(7.987)	
Comunicação	(88)		(185)	
Propaganda, promoções e publicidade	(1.445)		(2.705)	
Serviços do sistema financeiro	(160)		(315)	
Processamento de dados	(1.243)		(2.357)	
Outras	(1.271)		(2.425)	
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>79.256</b>		<b>157.287</b>	
<b>Depreciações e amortizações</b>	<b>(187)</b>		<b>(374)</b>	
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>79.069</b>		<b>156.913</b>	
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>79.069</b>	<b>100%</b>	<b>156.913</b>	<b>100%</b>
<b>Pessoal</b>	<b>15.700</b>	<b>19,86%</b>	<b>27.425</b>	<b>17,48%</b>
Remunerações e honorários	13.389		23.084	
Benefícios e treinamento	1.587		3.024	
FGTS	724		1.317	
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>13.341</b>	<b>16,87%</b>	<b>27.424</b>	<b>17,47%</b>
Federais	13.236		27.249	
Estadual	-		1	
Municipais	105		174	
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>202</b>	<b>0,25%</b>	<b>386</b>	<b>0,25%</b>
Aluguéis	202		386	
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>49.826</b>	<b>63,02%</b>	<b>101.678</b>	<b>64,80%</b>
Juros sobre o capital próprio	48.204		96.408	
Lucros retidos	1.622		5.270	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Legal	Estatutária		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2015</b>	<b>1.207.482</b>	-	<b>6</b>	<b>46.179</b>	<b>139.223</b>	-	<b>1.392.890</b>
Aumento de capital (Nota 12b)	-	-	-	-	-	-	-
- Subscrição de ações no país	-	40.773	-	-	-	-	40.773
- Incorporação ao capital homologado BACEN	40.771	(40.771)	-	-	-	-	-
Outros eventos	-	-	-	-	-	-	-
- Ágio na subscrição de ações	-	(2)	2	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	76.047	76.047
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas	-	-	-	3.803	3.612	(7.415)	-
- Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	-	-	-	-	-	(12.487)	(12.487)
- Juros sobre o capital próprio - adicional proposta limite fiscal	-	-	-	-	-	(56.145)	(56.145)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.248.253</b>	-	<b>8</b>	<b>49.982</b>	<b>142.835</b>	-	<b>1.441.078</b>
<b>Mutações do exercício</b>	<b>40.771</b>	-	<b>2</b>	<b>3.803</b>	<b>3.612</b>	-	<b>48.188</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2016</b>	<b>1.248.253</b>	-	<b>8</b>	<b>49.982</b>	<b>142.835</b>	-	<b>1.441.078</b>
Aumento de capital (Nota 12b)	-	-	-	-	-	-	-
- Subscrição de ações no país	-	96.584	(8)	-	-	-	96.576
- Incorporação ao capital homologado BACEN	21.143	(21.143)	-	-	-	-	-
Outros eventos	-	-	-	-	-	-	-
- Ágio na subscrição de ações	-	(1)	1	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	101.678	101.678
Destinações (Nota 12c)	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas	-	-	-	5.084	186	(5.270)	-
- Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	-	-	-	-	-	(15.502)	(15.502)
- Juros sobre o capital próprio - adicional proposta limite fiscal	-	-	-	-	-	(80.906)	(80.906)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.269.396</b>	<b>75.440</b>	<b>1</b>	<b>55.066</b>	<b>143.021</b>	-	<b>1.542.924</b>
<b>Mutações do exercício</b>	<b>21.143</b>	<b>75.440</b>	<b>(7)</b>	<b>5.084</b>	<b>186</b>	-	<b>101.846</b>
<b>Saldos em 01 de julho de 2016</b>	<b>1.269.396</b>	-	<b>9</b>	<b>52.574</b>	<b>143.891</b>	-	<b>1.465.870</b>
Aumento de capital (Nota 12b)	-	-	-	-	-	-	-
- Subscrição de ações no país - em homologação pelo BACEN	-	75.441	(9)	-	-	-	75.432
Outros eventos	-	-	-	-	-	-	-
- Ágio na subscrição de ações	-	(1)	1	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	49.826	49.826
Destinações (Nota 12c)	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas	-	-	-	2.492	(870)	(1.622)	-
- Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	-	-	-	-	-	(7.482)	(7.482)
- Juros sobre o capital próprio - adicional proposta limite fiscal	-	-	-	-	-	(40.722)	(40.722)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.269.396</b>	<b>75.440</b>	<b>1</b>	<b>55.066</b>	<b>143.021</b>	-	<b>1.542.924</b>
<b>Mutações do semestre</b>	-	<b>75.440</b>	<b>(8)</b>	<b>2.492</b>	<b>(870)</b>	-	<b>77.054</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

#### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A FOMENTO PARANÁ - Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição") é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, conforme Lei Estadual nº 11.741 de 19/06/97 e alterações posteriores. É objeto pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.828 de 30/03/01 e respectivas alterações. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

- Fundos e programas oficiais;
- Orçamentos federal, estaduais e municipais;
- Organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- Captação de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças - DIM.

Figura também no objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos, inclusive os de desenvolvimento, financiamento e investimento do Estado.

#### 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em reunião da Diretoria em 07 de março de 2017.

##### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo semestre estão incluídas na nota explicativa 11.

##### Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessária a utilização de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Eventos como: provisões para riscos fiscais, contingências e créditos de liquidação duvidosa incluem certas estimativas e os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua avaliação.

##### Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

#### 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF, dentre as quais se destacam:

##### a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira.

##### b. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Instituição considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Abraçam o saldo de disponibilidades e títulos e valores mobiliários com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data de contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

##### c. Títulos e valores mobiliários

Em cumprimento do estabelecido no art. 1º da Resolução nº 3.834/10 do CMN, a FOMENTO PARANÁ aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundo de investimento, formadas exclusivamente por títulos públicos federais, para tanto, constituiu fundos de renda fixa destinados a investidores restritos - FOMENTO PARANÁ, Fundo de Aval

Rural (FAR), Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) e "Ativos do Estado" - sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, todos sob a forma de condomínio aberto, conforme demonstrado na nota explicativa 5.

Os fundos de investimento são mensurados pelo valor da cota na data do balanço. Esta informação está disponível na CVM e corresponde ao valor de liquidação naquela data.

As agências de fomento não se aplicam os critérios de risco e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei nº 11.638/07.

##### d. Operações de crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando prefixadas. A atualização ("rendimentos") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H".

##### e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, seguindo as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00 e Cartas-Circulares BACEN nº 2.899/00 e 2.903/00. Para as operações com saldo inferior a R\$ 50 a provisão é constituída tendo por base o nível de atraso dos contratos.

A FOMENTO PARANÁ adota a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme trata o parágrafo 1º do inciso II do art. 4º da Resolução nº 2.682/99.

##### f. Transações com ativos financeiros - operações com transferência substancial dos riscos e benefícios

As operações de venda ou transferência de ativos financeiros com transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08:

(i) pela instituição vendedora ou cedente:

- o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência deve ser baixado do título contábil utilizado para registro da operação original;
- o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada;

(ii) pela instituição compradora ou cessionária, o ativo financeiro adquirido deve ser registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, mantidos controles analíticos extracontábeis sobre o valor original contratado da operação.

##### g. Despesas antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos futuros, consequentemente, são registradas no ativo e reconhecidas no resultado observando o regime de competência.

##### h. Ativo permanente

A contabilização do ativo permanente é feita pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações calculadas pelo método linear, observando as taxas anuais mencionadas na nota explicativa 8.

Os gastos com benfeitorias em bens de terceiros estão sendo amortizados de acordo com os prazos dos respectivos contratos de locação.

##### i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo não financeiro é reconhecido no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de perda do valor recuperável.

##### j. Provisões para passivos contingentes e riscos fiscais

Os passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é feita com base na opinião do departamento jurídico da instituição, conforme divulgado na nota explicativa 11.

##### k. Atualização monetária de obrigações

As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido no resultado do exercício.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

### I. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A instituição está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e reconhece a provisão para imposto de renda e contribuição social, mensalmente pelo regime de competência. A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240/ano. A alíquota da contribuição social para o lucro para instituições financeiras foi elevada de 15% para 20% a partir de 01 de setembro de 2015, conforme Lei nº 13.169/2015, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 675/2015.

Conforme faculta a legislação tributária, a FOMENTO PARANÁ opta pelo pagamento do imposto de renda e da contribuição social com base na estimativa da receita e recolhe mensalmente esses valores a título de antecipação do efetivamente devido no ajuste anual. As antecipações pagas por estimativa são registradas em conta redutora da provisão para impostos e contribuições sobre lucros, conforme previsto no art. 5º da Circular BACEN nº 2.353/93.

Os impostos passíveis de compensação estão demonstrados no ativo circulante de acordo com a previsão de sua realização.

### m. Juros sobre o capital próprio

Conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio estão contabilizados como despesas, no entanto, para fins de divulgação, são revertidos na rubrica "Lucros acumulados", não afetando o lucro líquido do exercício, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

	2016	2015
Cotas de fundos de investimentos	575.778	713.247
<b>Total caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>575.778</b>	<b>713.247</b>

### 5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo

Discriminação	2016	2015
<b>I - Livres</b>		
Títulos públicos federais - LFT	6.678	-
Fundos de investimento de renda fixa <sup>(1)</sup>	575.778	713.247
Fundo garantidor de investimentos - FGI <sup>(2)</sup>	119	93
Cotas de fundos de investimentos em participações - FIP <sup>(3)</sup>	275	-
(-) Provisão para desvalorização	(165)	-
<b>Total</b>	<b>582.685</b>	<b>713.340</b>
<i>Circulante</i>	<i>575.778</i>	<i>713.340</i>
<i>Longo prazo</i>	<i>6.907</i>	<i>-</i>

(1) Os fundos de investimento de renda fixa recebem além dos recursos da FOMENTO PARANÁ, recursos dos fundos estaduais e da carteira de "Ativos do Estado" sob sua gestão, sendo compostos integralmente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, indexados a taxas prefixadas e pós-fixadas, sem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas cobradas pelas administradoras. As cotas dos fundos não possuem prazo de carência, podendo ser resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer tempo.

O montante correspondente à FOMENTO PARANÁ aplicado nos fundos, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 575.778, que equivale às seguintes participações no patrimônio dos fundos:

	Patrimônio líquido do fundo	Recursos da FOMENTO PARANÁ	% Participação
Caixa Econômica Federal	357.396	351.145	98,251%
Banco do Brasil	263.151	224.633	85,363%
<b>Total</b>	<b>620.547</b>	<b>575.778</b>	

A composição dos fundos restritos, na data, é a seguinte:

Administradores	Faixas de vencimento	Valor
<b>Caixa Econômica Federal</b>		
Operação compromissada - NTN-B	01/17	180.955
LFT	03/18 a 03/21	176.451
Ajustes		(10)
<b>Subtotal</b>		<b>357.396</b>
<b>Banco do Brasil</b>		
Caixa		6
Operações compromissadas - LFT	01/17	184.135
LFT	09/17 a 09/20	79.010
<b>Subtotal</b>		<b>263.151</b>
<b>Total da carteira de fundos</b>		<b>620.547</b>

(2) A FOMENTO PARANÁ opera também com a garantia do FGI - Fundo Garantidor para Investimentos, administrado pelo BNDES, para tanto, conforme previsto na normas do respectivo fundo, adquiriu cotas na proporção de 0,5% dos valores que pretende alavancar como garantias nas operações com seus mutuários.

(3) As aplicações em cotas de fundos de investimentos em participações são administradas por instituições financeiras privadas, sendo que as cotas dos fundos são mensurados pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2016, as cotas estavam assim constituídas:

Fundo	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor atualizado/contábil
Fundo Criatec III	1.500	75	40
Fundo Sul Inovação	3.000	200	70
<b>Total</b>	<b>4.500</b>	<b>275</b>	<b>110</b>

### 6 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

#### a. Classificação das operações de crédito

Descrição	2016	2015
Empréstimos	50.619	25.281
Financiamentos	319.370	257.844
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	807.324	649.215
<b>Carteira bruta <sup>(1)</sup></b>	<b>1.177.313</b>	<b>932.340</b>
(-) Deságio na aquisição de carteira <sup>(2)</sup>	(1.366)	(3.460)
<b>Carteira líquida de ajuste</b>	<b>1.175.947</b>	<b>928.880</b>
(-) Provisão para operações de crédito	(21.266)	(30.736)
<b>Carteira líquida de provisão</b>	<b>1.154.681</b>	<b>898.144</b>

(1) No montante da carteira de crédito está incorporado o deságio na aquisição de operações de crédito, registrado na conta "Deságio em operações de transferência de ativos", conforme descrito na nota explicativa 7a.

(2) No exercício de 2016, a Instituição baixou do ativo o montante de R\$ 2.094 a título de deságio na aquisição da carteira, sendo que deste total, R\$ 582 foram apropriados na rubrica receitas de operações de crédito, e R\$ 1.512 foram revertidos do ativo, sem impacto no resultado do exercício, tendo em vista a baixa para prejuízo de operações de crédito adquiridas anteriormente por meio de cessão.

#### b. Composição por setor de atividade econômica

	2016	2015
<b>Setor privado</b>	<b>260.737</b>	<b>214.656</b>
Indústria	97.429	89.087
Comércio	54.832	38.659
Serviços	107.230	84.789
Pessoas físicas	1.246	2.121
<b>Setor público</b>	<b>915.210</b>	<b>714.224</b>
Administração direta municipal	915.210	714.224
<b>Carteira líquida de ajuste</b>	<b>1.175.947</b>	<b>928.880</b>

### c. Concentração dos principais devedores de operações de crédito

Descrição	2016	% da Carteira	2015	% da Carteira
Principal devedor	54.722	4,65%	46.258	4,98%
10 Maiores devedores	226.226	19,24%	213.184	22,95%
50 Maiores devedores	325.138	27,65%	253.867	27,33%
Demais devedores	569.861	48,46%	415.571	44,74%
<b>Carteira líquida de ajuste</b>	<b>1.175.947</b>	<b>100,00%</b>	<b>928.880</b>	<b>100,00%</b>

### d. Composição da carteira por níveis de risco e faixas de vencimento

Níveis de risco	Operações em curso normal										carteira líquida de ajuste
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>193.353</b>	<b>803.989</b>	<b>88.207</b>	<b>44.759</b>	<b>5.422</b>	<b>441</b>	<b>210</b>	<b>224</b>	<b>2.374</b>	<b>1.138.979</b>	
1 a 30 dias	4.754	20.621	2.162	716	123	15	10	10	54	28.465	
31 a 60 dias	3.108	14.265	1.753	646	103	16	10	8	65	19.974	
61 a 90 dias	3.156	14.817	1.812	787	101	16	10	8	66	20.773	
91 a 180 dias	9.680	44.932	5.490	2.497	307	49	28	25	192	63.200	
181 a 360 dias	21.811	94.526	11.956	5.194	601	102	51	47	346	134.634	
Acima de 360 dias	150.844	614.828	65.034	34.919	4.187	243	101	126	1.651	871.933	
<b>Parcelas vencidas até 14 dias</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	
<b>Subtotal</b>	<b>193.353</b>	<b>803.989</b>	<b>88.207</b>	<b>44.759</b>	<b>5.422</b>	<b>441</b>	<b>210</b>	<b>224</b>	<b>2.379</b>	<b>1.138.984</b>	
	Operações em curso anormal										
<b>Parcelas vencidas</b>	-	<b>535</b>	<b>8.024</b>	<b>5.033</b>	<b>3.800</b>	<b>7.373</b>	<b>966</b>	<b>1.789</b>	<b>4.852</b>	<b>32.372</b>	
1 a 30 dias	-	11	370	243	155	185	60	86	203	1.313	
31 a 60 dias	-	7	314	217	145	182	58	79	186	1.188	
61 a 90 dias	-	7	312	216	145	180	58	79	195	1.192	
91 a 180 dias	-	29	924	641	420	529	169	226	550	3.488	
181 a 360 dias	-	61	1.639	1.069	763	1.006	255	428	914	6.135	
Acima de 360 dias	-	420	4.465	2.647	2.172	5.291	366	891	2.804	19.056	
<b>Parcelas vencidas</b>	-	<b>16</b>	<b>438</b>	<b>483</b>	<b>379</b>	<b>1.119</b>	<b>297</b>	<b>354</b>	<b>1.505</b>	<b>4.591</b>	
1 a 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
15 a 30 dias	-	16	418	266	172	186	61	89	213	1.421	
31 a 60 dias	-	-	20	198	118	132	57	50	158	733	
61 a 90 dias	-	-	-	12	78	176	54	47	161	528	
91 a 180 dias	-	-	-	7	11	352	120	168	457	1.115	
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	273	5	-	509	787	
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6	
<b>Subtotal</b>	-	<b>551</b>	<b>8.462</b>	<b>5.516</b>	<b>4.179</b>	<b>8.492</b>	<b>1.263</b>	<b>2.143</b>	<b>6.357</b>	<b>36.963</b>	
<b>Total geral em 31/12/2016</b>	<b>193.353</b>	<b>804.540</b>	<b>96.669</b>	<b>50.275</b>	<b>9.601</b>	<b>8.933</b>	<b>1.473</b>	<b>2.367</b>	<b>8.736</b>	<b>1.175.947</b>	
<b>Total geral em 31/12/2015</b>	<b>107.511</b>	<b>684.196</b>	<b>85.317</b>	<b>17.907</b>	<b>3.837</b>	<b>3.619</b>	<b>2.030</b>	<b>3.409</b>	<b>21.054</b>	<b>928.880</b>	

### e. Composição por nível de risco e provisão constituída

Classificação de risco	Carteira líquida de ajuste		Provisão resolução BACEN		Provisão resolução BACEN	
	de ajuste	% particip.	%	Valor	%	Valor
AA	193.353	16,43	-	-	-	-
A	804.540	68,42	0,5	4.023	3,421	3.421
B	96.669	8,22	1,0	967	853	853
C	50.275	4,28	3,0	1.508	537	537
D	9.601	0,82	10,0	960	384	384
E	8.933	0,76	30,0	2.680	1.086	1.086
F	1.473	0,13	50,0	736	1.015	1.015
G	2.367	0,20	70,0	1.656	2.386	2.386
H	8.736	0,74	100,0	8.736	21.054	21.054
<b>Total</b>	<b>1.175.947</b>	<b>100,00</b>		<b>21.266</b>	<b>30.736</b>	<b>30.736</b>

### f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016	2015
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>30.736</b>	<b>7.929</b>
Provisão constituída	25.621	30.440
Reversão de provisão	(6.609)	(3.820)
<b>Efeito no resultado</b>	<b>19.012</b>	<b>26.620</b>
Créditos baixados para prejuízo <sup>(1)</sup>	(28.482)	(3.813)
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>21.266</b>	<b>30.736</b>

(1) O aumento dos créditos baixados para prejuízo, registrado no exercício de 2016, é oriundo principalmente da baixa para prejuízo de uma operação de crédito adquirida do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), no montante de R\$ 16.095, no período de fevereiro de 2016.

### g. Garantias

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO PARANÁ aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de direitos e títulos de crédito, fiança bancária, fundos garantidores de crédito (FAMPE e FGI) e garantias emitidas por outras instituições, como sociedades de garantia de crédito. Nas operações de crédito concedidas às prefeituras são aceitas quotas parte do ICMS e/ou FPM.

### h. Créditos renegociados e recuperados

Discriminação	2016	2015
Renegociação	3.711	4.632
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	2.778	1.146
O saldo acumulado das operações de crédito baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação é de R\$ 35.324 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 9.634 em dez/2015).		

### i. Cessão de créditos

Em dezembro de 2014 a FOMENTO PARANÁ adquiriu os direitos creditórios sobre 12 operações de crédito da carteira do Fundo do Desenvolvimento Econômico (FDE) no montante de R\$ 33.008, pelo valor de R\$ 24.295. A diferença entre o valor nominal e o valor pago foi contabilizado como deságio no grupo "Outros Créditos". A receita com essas operações de crédito está sendo reconhecida no resultado pelas respectivas taxas efetivas. Conforme determina a Resolução BACEN nº 3.533/08, o ativo financeiro adquirido foi registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, mantidos controles analíticos extracontábeis sobre o valor original contratado da operação.

### 7 OUTROS CRÉDITOS

#### a. Deságio em operações de transferência de ativos

Nesta conta está registrado o saldo a realizar do deságio incorrido na aquisição dos direitos creditórios sobre operações de crédito da carteira do FDE. O deságio está sendo reconhecido no resultado conforme o prazo de cada operação. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do deságio é de R\$ 1.366 (R\$ 3.460 em dez/2015).

#### b. Diversos

	2016	2015
Adiantamentos concedidos	416	366
Devedores por depósitos em garantia <sup>(1)</sup>	12.751	10.607
Impostos a compensar	445	-
Devedores diversos país	204	186
<b>Total</b>	<b>13.816</b>	<b>11.159</b>
<i>Circulante</i>	<i>1.089</i>	<i>573</i>
<i>Longo prazo</i>	<i>12.727</i>	<i>10.586</i>

(1) Nesta conta estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, sendo que R\$ 12.727 (R\$ 10.586 em dez/2015) referem-se ao depósito na ação declaratória de imunidade tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranaense, autos nº 321/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, originária dos autos de infração da Prefeitura Municipal de Curitiba, relativos aos anos de 2002 a



# AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Av. Vicente Machado, nº 445, 4º andar. CEP 80.420-010 - Curitiba – PR



PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

2008. O depósito judicial teve início em 2007, em função da referida ação, e considerando que a prestação de serviço é contínua e que a ação ainda está em andamento, a FOMENTO PARANÁ vem retendo, mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente.

No exercício de 2016, foi efetuada a atualização monetária do respectivo depósito no valor de R\$ 795 (R\$ 3.075 em dez/2015), registrada na rubrica "Outras receitas operacionais", conforme Nota 17. Considerando que o valor depositado é retido do fornecedor, a atualização teve contrapartida na rubrica "Credores diversos no país", conforme Nota 10 e registro de despesas de atualização monetária, na rubrica "Outras despesas operacionais", conforme Nota 18. Desta forma não gerou impactos no resultado da Instituição no exercício.

(1) Conforme mencionado na nota 11, item d, a FOMENTO PARANÁ, vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paranaense, valor este registrado na rubrica "Devedores por depósitos em garantia" conforme nota 7b. O valor do ISS retido do prestador de serviço encontra-se registrado na rubrica "Credores diversos no país" e soma R\$ 13.221 (R\$ 11.014 em dez/2015). Assim como destacado na nota 7b, foi realizado atualização do respectivo depósito com contrapartida em "Credores diversos no país".

### 8 ATIVO PERMANENTE

#### a. Imobilizado de uso

	(*)	2016		2015	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamentos	10%	1.302	(811)	491	562
Sistema de comunicação	10%	239	(55)	184	205
Processamento de dados	20%	996	(698)	298	460
Sistema de transporte	20%	29	(29)	-	-
Benfeitorias de bens de terceiros	20% a 50%	540	(360)	180	214
<b>Total</b>		<b>3.106</b>	<b>(1.953)</b>	<b>1.153</b>	<b>1.441</b>

(\*) Taxa anual de depreciação e amortização.

#### b. Movimentação do imobilizado de uso

	Instalações, móveis e equipamentos		Processamento de dados		Outros (1)		Total
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2015</b>	<b>661</b>		<b>214</b>		<b>128</b>		<b>1.003</b>
Adições	9		401		428		838
Baixas	-		-		(3)		(3)
Depreciações	(108)		(155)		(134)		(397)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>562</b>		<b>460</b>		<b>419</b>		<b>1.441</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2016</b>	<b>562</b>		<b>460</b>		<b>419</b>		<b>1.441</b>
Adições	37		2		31		70
Entradas por transferência (2)	-		-		36		36
Depreciações	(108)		(164)		(122)		(394)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>491</b>		<b>298</b>		<b>364</b>		<b>1.153</b>

(1) Contempla: sistema de comunicação, sistema de transporte e benfeitorias em bens de terceiros.

(2) Conforme art. 13 da Resolução do Bacen nº 4.534, de 24 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível e sobre o ativo diferido, os saldos registrados no ativo diferido devem ser reclassificados para as adequadas contas do ativo, de acordo com a natureza da operação. Dessa forma, a Administração da FOMENTO PARANÁ efetuou a reclassificação de parte dos seus ativos diferidos, no montante de R\$ 36 e as respectivas amortizações acumuladas (R\$ 36), para o grupo de imobilizado de uso, sendo que os mesmos ainda não foram baixados por estarem em uso e por gerarem benefícios econômicos futuros para a Instituição.

#### c. Intangível

	(*)	2016		2015	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Licença de uso software (1)	20%	303	(276)	27	43
<b>Total</b>		<b>303</b>	<b>(276)</b>	<b>27</b>	<b>43</b>

(\*) Taxa anual de depreciação e amortização.

(1) Assim como descrito no item 2 da Nota 8b, efetuou-se também a reclassificação de parte dos ativos diferidos, no montante de R\$ 221 e as respectivas amortizações acumuladas (R\$ 221), para o grupo de intangível, sendo que os mesmos ainda não foram baixados por também estarem em uso e gerarem benefícios econômicos futuros para a Instituição.

### 9 OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Essas obrigações correspondem aos saldos de recursos originários de instituições oficiais de repasse do país, os quais são repassados para financiamentos a empreendimentos no Estado do Paraná, na área privada e pública. Essas obrigações estão atualizadas até a data do balanço pelas disposições contratuais definidos nas políticas operacionais de cada órgão ou fundo repassador de recursos.

Os saldos dessas obrigações estão resumidos a seguir:

	2016	2015
<b>Instituições oficiais do país</b>		
BNDÉS	123.579	83.575
FINAME	17.397	17.350
CEF	4.842	2.664
FINEP	26.732	13.214
<b>Total</b>	<b>172.550</b>	<b>116.803</b>
Circulante	32.911	17.168
Longo prazo	139.639	99.635

Os recursos repassados das instituições oficiais são oriundos das seguintes linhas de crédito:

Linha de crédito	Taxa de atualização	Vencimento final	2016	2015
BNDÉS consórcio BRDE	TJLP + 0,9% a.a.	15/09/16	-	36
BNDÉS automático	TJLP + 1,1% a 3,1% a.a. ou Selic Acum. + 0,5% a 3,0% a.a.	15/07/23	63.086	23.014
BNDÉS microcrédito	TJLP + 0,9% a 1,6% a.a.	15/07/22	47.912	45.271
BNDÉS programa PSI	0,5% a 14,87% a.a.	15/10/24	12.581	15.255
FINAME PSI	0% a 8,0% a.a.	15/01/24	13.887	15.218
FINAME Pos Fixado	TJLP + 1,6% a.a. ou Selic Acum. + 1,96% a.a.	15/09/23	3.510	2.131
CAIXA FGTS Pró Transporte (1)	6,4% a.a. a 6,6% a.a.	15/12/38	4.842	2.664
FINEP - Inovacred (2)	TJLP + 2% a.a.	15/11/23	26.732	13.214
<b>Total</b>			<b>172.550</b>	<b>116.803</b>

(1) Repasse de recursos obtidos pela FOMENTO PARANÁ junto a Caixa Econômica Federal destinados a operações com prefeituras, para financiar projetos de mobilidade urbana, incluídas no PAC 2.

(2) Os respectivos encargos aplicados a FINEP, para o Programa Inovacred, serão deduzidos de 2% a 5% ao ano, a título de equalização, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e as decisões da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação.

### 10 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2016	2015
<b>Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados</b>	<b>21</b>	<b>15</b>
IOF a recolher	21	15
<b>Sociais e estatutárias</b>	<b>2.584</b>	<b>24.017</b>
Juros sobre o capital próprio (Nota 12c)	-	21.154
Provisão para participações nos lucros	2.584	2.863
<b>Fiscais e previdenciárias</b>	<b>11.026</b>	<b>23.246</b>
Impostos e contribuições sobre lucros	1.464	12.147
Impostos e contribuições a recolher	2.184	1.869
Provisão para riscos fiscais (Nota 11g)	7.378	9.230
<b>Diversas</b>	<b>24.818</b>	<b>20.653</b>
Provisão para pagamento de despesas	3.236	2.315
Provisão para passivos contingentes (Nota 11c)	6.241	5.447
Credores diversos no país (1)	15.341	12.891
<b>Total</b>	<b>38.449</b>	<b>67.931</b>
Circulante	11.370	41.979
Longo prazo	27.079	25.952

### 11 PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES E RISCOS FISCAIS

A FOMENTO PARANÁ é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Os processos passam por avaliação e acompanhamento do departamento jurídico, que considera a perda e o risco envolvido. Fundamentados nesta avaliação, constituiu-se provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

As ações cíveis e trabalhistas com os riscos avaliados em provável, possível ou remota foram provisionadas.

As contingências para riscos fiscais avaliadas como prováveis foram devidamente provisionadas.

#### a. Ações trabalhistas

As provisões para ações trabalhistas são oriundas de processo movido por ex-funcionários concursados, cujo pedido principal refere-se a reintegração ao serviço, ao não pagamento da participação nos lucros e resultados e horas extras. Há também ações judiciais de ex-diretores que pleiteiam o pagamento da multa de 40% do FGTS em razão da rescisão contratual antecipada. Além disso, há uma ação de terceirizado, cuja responsabilidade da FOMENTO PARANÁ é apenas subsidiária em caso de eventual condenação. Por fim, foi proposta ação pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Curitiba e Região em razão do trabalho realizado no dia do feriado de 19 de dezembro de 2015.

#### Ações trabalhistas

	2016	2015
Terceirizado	12	11
Ex-funcionário concursado	57	51
Ex-diretores	178	160
Sindicato dos Bancários - Curitiba	64	56
<b>Total</b>	<b>311</b>	<b>278</b>

#### b. Ações cíveis

As provisões para ações cíveis são originárias de 11 processos, sendo eles:

- Ação de cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, a qual foi devidamente contestada pela FOMENTO PARANÁ contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Houve prolação de sentença em 16/11/09, cuja publicação ocorreu no Diário de Justiça do dia 19/01/10. Foi interposto o pertinente Recurso de Apelação contra a decisão ajuizando, além da matéria de mérito, nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa, em razão de ter sido realizado julgamento antecipado da lide sem a produção de prova pericial, expressamente requerida, não tendo sido proferido despacho saneador nos autos deferindo ou não tal requerimento. O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná deu provimento ao recurso, com a anulação da sentença prolatada e determinando o retorno dos autos à primeira instância para a produção das provas requeridas. Com o retorno dos autos, foi deferida a produção de prova pericial e realização de audiência de instrução e julgamento, aguardando-se sua efetiva realização;
- Ação de cobrança de honorários advocatícios, aforada por Cavalcanti de Albuquerque Advogados Associados S/C, autos nº 1897/2009, em trâmite perante a 14ª Vara Cível desta capital. O juízo daquela vara julgou-se incompetente, remetendo os autos à 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (autos nº 18098/2010). O laudo pericial foi desfavorável à FOMENTO PARANÁ, considerando, para fins de cálculo de honorários advocatícios, todas as renegociações efetivadas durante a duração do contrato, e não apenas o efetivamente recebido. Em audiência realizada em 29/08/2013, foram colhidos o depoimento pessoal do autor e de testemunhas e realizada juntada de novos documentos. Foi proferida sentença de improcedência da ação em razão da nulidade da contratação. O autor interpôs recurso de apelação, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Paraná;
- Quatro processos visando à reparação de supostos danos morais e/ou materiais, por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito, por alegações de descumprimento contratual, e outros; e;
- Em sede de recurso ou embargos monitoriais a FOMENTO PARANÁ teve 5 ações monitoriais declaradas prescritas por força do entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmulas 503/504), firmado em 2014, arcando com o pagamento das verbas sucumbenciais.

#### Ações cíveis

	2016	2015
Ação de cobrança - ABDE	2.432	2.137
Cobrança de honorários advocatícios	3.367	2.905
Danos morais, materiais e outros	131	127
<b>Total</b>	<b>5.930</b>	<b>5.169</b>

#### c. Movimentação das provisões para passivos contingentes

	2016		2015	
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>277</b>	<b>5.169</b>	<b>5.446</b>	<b>5.566</b>
Movimentação com efeito no resultado	34	779	813	(63)
Atualização/encargos	34	785	819	900
Constituição	-	25	25	159
Baixa por reversão	-	(31)	(31)	(1.122)
Baixa por pagamento	-	(18)	(18)	(56)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>311</b>	<b>5.930</b>	<b>6.241</b>	<b>5.447</b>

#### d. Fisco Municipal - Autuação ISS

Em 2006 e 2010, a FOMENTO PARANÁ foi autuada pelo Município de Curitiba, pela ausência de retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço dos exercícios de 2002 a 2008, decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a FOMENTO PARANÁ/SEFA e Paranaense/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. Sobre esta autuação há depósito em juízo decorrente da Ação Declaratória de Imunidade Tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranaense (autos nº 321/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba), ação esta que a FOMENTO PARANÁ atua na qualidade de assistente. Afóra isso o processo encontra-se aguardando julgamento, sem data prevista. Eventual procedência da demanda implicará no cancelamento dos autos de infração da prefeitura que versem sobre ISS.

Em 06/03/13, foi proferida decisão interlocutória nos autos em epígrafe determinando o depósito dos valores relativos aos autos de infração nº 201.174 e 201.197 (anos 2005 e 2006), no montante de R\$ 1.062, bem como declarou a suspensão de exigibilidade dos autos nº 201.203, 201.204, 201.205, 201.207, com fulcro no art. 151, inciso II do Código Tributário Nacional, por não ter vislumbrado prejuízo ao Município de Curitiba/PR, em razão da existência de depósito judicial, referente aos anos de 2007 e 2008.

O valor depositado em juízo encontra-se registrado na rubrica "Devedores por depósitos em garantia", conforme demonstrado na nota 7b e sobre este montante não é constituída provisão, tendo em vista que o valor depositado foi retido do Paranaense. Considerando que a prestação de serviço é contínua e que a ação ainda está em andamento, desde 2007 a FOMENTO PARANÁ vem retendo mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente.

Tendo em vista a vigência do artigo 3º da Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, temos a informar que 70% (setenta por cento) do valor do depósito judicial acima mencionado, foi transferido para a conta única do Tesouro do Estado e 30% ao fundo de reserva, de gestão da Caixa Econômica Federal. Com essa ocorrência, apenas o saldo de 30% está sendo corrigido mensalmente pela Selic, conforme previsto na referida legislação.

#### e. Fisco Federal - Auto de infração PIS e COFINS

A FOMENTO PARANÁ adota o regime cumulativo para apuração do PIS e COFINS (alíquota de 0,65% e 4,00%, respectivamente), nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247/2002 e alterações posteriores. No entanto, a Receita Federal lavrou autuação em algumas agências de fomento no país em razão da adoção do regime cumulativo, gerando a possibilidade de enquadramento das agências de fomento no regime de apuração não-cumulativo destas contribuições, nos termos das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, em que contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas referidas Instituições, descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS).



# AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Av. Vicente Machado, nº 445, 4º andar. CEP 80.420-010 - Curitiba - PR



PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Em data de 22/05/13 a FOMENTO PARANÁ recebeu termo de início de ação fiscal, autuada sob nº MPF 09.0.01.00-2013-00033-9, solicitando esclarecimentos sobre a utilização do regime cumulativo para apuração e cálculo das contribuições sociais para PIS/PASEP e COFINS utilizado por esta instituição, no período de julho de 2008 a dezembro de 2011. No entendimento da SRF o regime utilizado deveria ser o não-cumulativo, tendo em vista que as agências de fomento não se enquadram no rol de instituições financeiras do art. 3º, parágrafos 6º e 7º da Lei nº 9.718/98. Foram apresentados esclarecimentos quanto à forma de recolhimento utilizada pela FOMENTO PARANÁ e pelas demais Agências de Fomento nacionais, não tendo a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 9ª Região Fiscal acatado os esclarecimentos apresentados, lavrando autos de infração, em data de 30/07/2013. Muito embora, a diferença entre a utilização do regime cumulativo e o não-cumulativo suscitasse o valor de R\$ 4.734 - já computados a multa e os juros - observado que, pelo regime não-cumulativo aplicado sobre o montante das receitas financeiras é garantida a "alíquota zero" prevista no Decreto nº 5.442/05, o referido auto acabou sendo lavrado no valor de R\$ 41.830, contrariando o direito previsto pelo art. 1º do referido decreto a que a instituição faz jus.

A FOMENTO PARANÁ, por meio de seu departamento jurídico, apresentou impugnação aos referidos autos de infração, na esfera administrativa, no qual obteve-se em sessão em 8 de outubro de 2013 êxito parcial, com a redução do auto de infração para o valor provisionado de R\$ 4.734, que atualizado até 31 de dezembro de 2016 soma R\$ 5.680. A decisão proferida foi submetida de ofício à análise do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por força do art. 34 do Decreto nº 70.235/72, e alterações posteriores, que prevê a exigência de recurso necessário. A FOMENTO PARANÁ, em 30 de setembro de 2013, licitou a contratação de escritório de advocacia de renome nacional, por meio do Processo Licitatório de Inexigibilidade nº 03/2013, visando à elaboração de recurso na esfera administrativa, e também na judicial, caso não haja reversão total do valor de autuação. O acompanhamento da ação está sendo realizada pelo escritório Sacha Calmon, Misabel Derzi Consultores e Advogados.

Intimada em 14/02/14 do acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, a FOMENTO PARANÁ interpôs recurso voluntário contra o acórdão, na parte em que foi mantida a exigência parcial dos débitos. Em seguida, o processo foi remetido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para apreciação dos recursos voluntário e de ofício.

### f. Provisão tributária

A provisão tributária corresponde aos impostos federais e municipais: PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS, no montante de R\$ 1.698, constituída sobre os valores repassados à FOMENTO PARANÁ pelo acionista majoritário "Estado do Paraná" nos exercícios de 2007 a 2011, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, decorrentes da gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e da gestão da carteira de crédito dos "Ativos do Estado", oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná - BANEESTADO. O registro da forma adotada pela FOMENTO PARANÁ tem fundamento nos seguintes instrumentos jurídicos: contrato de gestão de bens, direitos e obrigações dos "Ativos do Estado", celebrado entre o acionista Estado do Paraná e a FOMENTO PARANÁ e o Decreto Estadual nº 692/07, que regulamenta o repasse de recursos pela gestão do FDE como AFAC. Corroborada pelo Parecer Jurídico tributário TSC - 1470/2013, emitido por consultoria tributária externa, a Administração constituiu a respectiva provisão, por entender se tratar de perda provável.

### g. Movimentação das provisões para riscos fiscais

	2016		2015	
	Fisco federal	Provisão tributária	Total	Total
Saldo no início do exercício	5.375	3.855	9.230	9.703
Movimentação com efeito no resultado	305	(2.157)	(1.852)	(473)
Atualização/encargos	305	309	614	691
Baixa por reversão	-	(2.466)	(2.466)	(1.164)
Saldo no final do exercício	5.680	1.698	7.378	9.230

## 12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 2.000.000 dividido em 2.000.000 (dois milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.344.836 (R\$ 1.248.253 em dez/2015), representado por 1.344.836 (1.248.253 em dez/2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Deste total, R\$ 21.143, refere-se ao aumento de capital efetuado pelo acionista Estado do Paraná no 1º sem/16, homologado pelo Bacen, conforme ofício nº 2.884/16. O aumento no valor de R\$ 75.440 ocorreu em dez/16 e encontra-se em processo de homologação no BACEN, conforme mencionado no item b.

### b. Aumento de capital

Conforme Atas da 67ª e 69ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizadas em 26 de janeiro e 13 de dezembro de 2016, deliberou-se aumentar o capital social da instituição nos montantes de R\$ 21.143 e R\$ 75.440, respectivamente, totalizando R\$ 96.583 no exercício de 2016, os respectivos aumentos foram realizados pelos Acionistas Estado do Paraná e Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, conforme demonstrado a seguir:

	Estado do Paraná	Celepar	Total
Juros sobre o capital próprio - 2º semestre 2015	21.143	11	21.154
Juros sobre o capital próprio - exercício 2016	75.406	15	75.421
Reserva de ágio na subscrição de ações - 2011 a 2015	4	5	9
Subtotal	96.553	31	96.584
(-) Saldo remanescente de ágio na subscrição de ações	-	(1)	(1)
Valor total do aumento	96.553	30	96.583
Nº ações	96.553	30	96.583

### c. Juros sobre o capital próprio e destinação do lucro líquido

Nos termos do Estatuto Social, aos acionistas é atribuído, em cada exercício, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, calculado conforme legislação societária.

Através das Atas da 126ª e 131ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizadas respectivamente em 28 de junho e 22 de novembro de 2016, foi aprovado nos termos do Estatuto Social da FOMENTO PARANÁ, o crédito dos juros sobre o capital próprio relativo, respectivamente, ao 1º e 2º semestre de 2016.

Os juros sobre o capital próprio do exercício de 2016 correspondem ao valor máximo apurado dentro do limite fiscal previsto na Lei nº 9.249/95, totalizando no exercício o montante bruto de R\$ 96.408 (R\$ 68.632 em dez/2015), que sofreu retenção na fonte de R\$ 3, resultando no valor líquido de R\$ 96.405 (R\$ 68.630 em dez/2015).

No 2º semestre de 2016, conforme ata da 69ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 13 de dezembro de 2016, os acionistas aprovaram a proposta de aumento de capital e antecipação de pagamento dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Data do Evento	Acionista	Natureza	Ano base	Valor líquido	Forma
13/12/2016	Estado do Paraná	Juros sobre o capital próprio	2016	75.406	Subscrição para aumento de capital
13/12/2016	Celepar	Juros sobre o capital próprio	2016	15	Subscrição para aumento de capital
29/12/2016	Estado do Paraná	Juros sobre o capital próprio	2016	20.984	Pagamento de recursos ao acionista
			<b>TOTAL</b>	<b>96.405</b>	

Os juros sobre o capital próprio - JCP são imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos no exercício, sendo considerado complementar o que exceder ao valor do mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social.

Em conformidade ao estabelecido no art. 52 do Estatuto Social da FOMENTO PARANÁ, o resultado apurado no exercício foi destinado da seguinte forma:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	101.678	76.047
Reserva legal (5% do lucro líquido)	5.084	3.803
Lucro líquido ajustado	96.594	72.244
Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	15.502	12.487
Juros sobre o capital próprio - adicional ao mínimo obrigatório	80.906	56.145
Constituição de reserva estatutária	186	3.612

## 13 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2016	2015
Operações de crédito - PJ e PF	1.656	598
Gestão de fundos estaduais <sup>(1)</sup>	1.224	1.482
Gestão de fundo garantidor PPP's <sup>(2)</sup>	431	334
Agente financeiro	32	74
<b>Total</b>	<b>3.343</b>	<b>2.488</b>

(1) Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e dos "Ativos do Estado" sob gestão da FOMENTO PARANÁ, esta é remunerada conforme a Lei Estadual nº 17.732/13 e o contrato de gestão de bens, direitos e obrigações dos "Ativos do Estado", celebrado entre o acionista Estado do Paraná e a FOMENTO PARANÁ, e a Lei Estadual nº 5.515/67, que regulamenta o repasse de recursos pela gestão do FDE, conforme evidenciado na nota 21 item "a".

(2) Conforme Lei Estadual nº 18.376/14, a FOMENTO PARANÁ é responsável pela gestão do Fundo Garantidor de Parceria Público Privada - FGP/PR, e para tanto, é remunerada à taxa de gestão de 0,15% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do FGP/PR.

## 14 DESPESAS DE PESSOAL

	2016	2015
Proventos	(16.773)	(14.841)
Encargos sociais	(5.562)	(4.611)
Honorários de diretores e conselheiros	(3.174)	(2.352)
Demais benefícios	(2.985)	(2.654)
Remuneração estagiários	(553)	(562)
Treinamento	(39)	(28)
<b>Total</b>	<b>(29.086)</b>	<b>(25.048)</b>

## 15 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Serviços de terceiros <sup>(1)</sup>	(29.087)	(14.835)
Processamento de dados	(2.357)	(1.961)
Publicações, propaganda e publicidade <sup>(2)</sup>	(2.195)	(1.844)
Relações públicas	(510)	(651)
Contribuições filantrópicas	(497)	(574)
Aluguéis	(386)	(343)
Depreciações e amortizações	(374)	(411)
Viagens	(372)	(367)
Serviços técnicos especializados	(358)	(493)
Serviços do sistema financeiro	(315)	(354)
Comunicações	(185)	(219)
Manutenção e conservação de bens	(95)	(90)
Transporte	(61)	(69)
Materiais de expediente	(33)	(40)
Outras despesas administrativas	(816)	(659)
<b>Total</b>	<b>(37.641)</b>	<b>(22.910)</b>

(1) Do total registrado nesta conta, R\$ 28.260 (R\$ 14.084 em dez/2015) referem-se a despesas com o Paranáidade decorrentes do Ato Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados pela FOMENTO PARANÁ, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), remunerado à taxa de 8%, calculado sobre cada liberação de recurso do contrato relativo à operação de crédito.

(2) Nesta rubrica são registradas as despesas de publicidade legal, materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing, visando à divulgação da marca e dos produtos da FOMENTO PARANÁ, focando principalmente na ampliação do volume de negócios junto ao público-alvo.

## 16 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2016	2015
COFINS	(8.361)	(7.292)
PIS	(1.359)	(1.185)
ISS	(167)	(124)
Outros	(7)	(21)
<b>Total</b>	<b>(9.894)</b>	<b>(8.622)</b>

## 17 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Reversão de provisões	3.325	2.712
Recuperação de encargos e despesas	1.215	1.054
Outras <sup>(1)</sup>	1.298	3.475
<b>Total</b>	<b>5.838</b>	<b>7.241</b>

(1) Do total registrado nesta conta R\$ 795 (R\$ 3.075 em dez/2015) referem-se à atualização monetária do depósito judicial, conforme explicado na Nota 7b.

## 18 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Provisões para contingências - cíveis	(810)	(847)
Provisões para riscos fiscais	(614)	(691)
Provisões para contingências - trabalhistas	(34)	(212)
Outras <sup>(1)</sup>	(1.374)	(3.446)
<b>Total</b>	<b>(2.832)</b>	<b>(5.196)</b>

(1) Do total registrado nesta conta R\$ 795 (R\$ 3.075 em dez/2015) refere-se a atualização monetária do depósito judicial, conforme explicado na Nota 7b.

## 19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>117.457</b>	<b>117.457</b>	<b>100.851</b>	<b>100.851</b>
Juros sobre o capital próprio	(96.408)	(96.408)	(68.632)	(68.632)
Participações estatutárias no lucro	(2.584)	(2.584)	(2.863)	(2.863)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos</b>	<b>11.956</b>	<b>11.882</b>	<b>24.697</b>	<b>24.639</b>
<b>Adições (exclusões) temporárias</b>	<b>10.165</b>	<b>10.078</b>	<b>23.157</b>	<b>23.086</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.782	11.782	22.406	22.406
Provisões para contingências	792	792	(120)	(120)
Provisões para riscos fiscais	(1.852)	(1.852)	(473)	(473)
Rendas a apropriar em atraso	(1.099)	(1.099)	756	756
Outras provisões	542	455	588	517
<b>Adições (exclusões) permanentes</b>	<b>1.791</b>	<b>1.804</b>	<b>1.540</b>	<b>1.553</b>
Doações e patrocínios	497	497	574	574
Outras adições (exclusões) permanentes	1.294	1.307	966	979
<b>Base de cálculo do IRPJ e CSLL do exercício</b>	<b>30.421</b>	<b>30.347</b>	<b>54.053</b>	<b>53.995</b>
Incentivos fiscais	(456)	-	(619)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>7.125</b>	<b>6.070</b>	<b>12.870</b>	<b>9.071</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

### 20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos (operações de créditos e títulos de valores mobiliários) e passivos (operações de repasses no país) se aproximam de seus correspondentes valores de realização.

Não é prática da FOMENTO PARANÁ operar com derivativos financeiros, porém os fundos de investimento em que a instituição aplica seus recursos financeiros podem, estrategicamente, efetuar operações com derivativos para fins de proteção quanto ao risco de variação das taxas de juros praticadas e para adequação da carteira à política de investimento desses fundos.

### 21 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Na divulgação sobre partes relacionadas é observada a Resolução CMN/BACEN nº 3.750/09, que determina a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas pelas instituições financeiras. De acordo com o pronunciamento emitido pela FOMENTO PARANÁ, o Estado do Paraná, o Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (em liquidação), o Serviço Social Autônomo Paranacidade, a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES e o Pessoal-Chave da Administração.

#### a. Estado do Paraná

Acionista majoritário detentor de 99,98% das ações da FOMENTO PARANÁ. Atividades de gestão mediante cobrança da carteira de crédito do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), sendo remuneradas por um percentual de 4% fixado na Lei Estadual nº 5.515/67, o qual incide sobre o total de recebimentos do período e são reconhecidos na como receita de prestação de serviços de gestão.

Atividades de gestão de bens, direitos e obrigações dos "Ativos do Estado" oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, sendo remunerada por um percentual de 10% fixado na Lei Estadual nº 17.732/13 e em contrato firmado com o Estado do Paraná, o qual incide sobre o total de recebimentos da carteira de crédito dos ativos do período. O valor repassado à FOMENTO PARANÁ é reconhecido como receita de prestação de serviços de gestão.

Atividades de gestão do Fundo Garantidor de Parceria Público Privada - FGP/PR, conforme Lei Estadual nº 18.376/14, e para tanto, a FOMENTO PARANÁ é remunerada à taxa de gestão de 0,15% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do FGP/PR. O valor repassado à FOMENTO PARANÁ é reconhecido como receita de prestação de serviços de gestão.

O Estado do Paraná cede funcionários do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a FOMENTO PARANÁ.

A FOMENTO PARANÁ atuou, até maio de 2016, como agente financeiro, em operação de crédito, do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) para uma operação específica, recebendo para tanto comissão de 0,5% sobre o total da taxa aplicada. O valor repassado à FOMENTO PARANÁ foi reconhecido como receita de prestação de serviços de gestão.

#### b. Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (em liquidação)

Instituição financeira pública estadual, sob controle financeiro do Governo do Estado do Paraná, e até de dezembro de 2015, concedeu através de contrato de cessão não onerosa para a instalação da sede da FOMENTO PARANÁ, salas no prédio de sua propriedade, sendo ressarcidos apenas os gastos com condomínio. Existe ainda uma parceria com o Banco, que cede empregados de seu quadro próprio com ônus à FOMENTO PARANÁ.

#### c. Serviço Social Autônomo Paranacidade

Pessoa jurídica de direito privado, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, sem fins lucrativos, de interesse público, criado pela Lei Estadual nº 11.498/96 (revogada pela Lei Estadual nº 15.211/06). A FOMENTO PARANÁ, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.227/01, mantém firmado com o Paranacidade Ato Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados pela FOMENTO PARANÁ, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), sendo remunerado à taxa de 8% calculada sobre cada liberação de recurso do contrato relativo à operação de crédito. Para operacionalização do programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do Estado do Paraná - PROMAP II (segunda edição do programa) foi firmado com o Paranacidade um Termo Cooperação Técnico Operacional, no qual não há previsão de remuneração pelas atividades de operacionalização.

O Paranacidade cede funcionários do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a FOMENTO PARANÁ.

#### d. Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR

Acionista minoritário da FOMENTO PARANÁ, é uma sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo acionista majoritário é o Estado do Paraná. A transação entre as duas empresas decorre da prestação de serviços de informática e tecnologia da informação, através de contrato de prestação de serviços.

#### e. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Autarquia estadual vinculada a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL. O IPARDES cede funcionário do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a FOMENTO PARANÁ.

#### f. Pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da FOMENTO PARANÁ, representado pela Diretoria e Conselho de Administração.

As transações com essas partes relacionadas são demonstradas a seguir:

Descrição	2016			
	Ativo	Passivo	Despesa	Receita
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná	-	-	96.390	-
Juros sobre o capital próprio - CELEPAR	-	-	18	-
Remuneração do pessoal-chave da Administração	-	427	3.882	34
Gestão de fundos, carteira de Ativos e agente financeiro (1)	1.473	-	-	1.687
Funcionários adidos - BADEP,				
Estado do Paraná, Paranacidade e IparDES	-	-	2.251	-
Tecnologia da informação - CELEPAR	-	186	2.099	-
Condomínio - BADEP/Estado do Paraná	-	1	410	-
Comissão - Paranacidade	-	751	28.260	-
Ação judicial - ISS Paranacidade (2)	12.727	13.221	795	795
	<b>14.200</b>	<b>14.586</b>	<b>134.105</b>	<b>2.516</b>

Descrição	2015			
	Ativo	Passivo	Despesa	Receita
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná	-	21.143	68.619	-
Juros sobre o capital próprio - CELEPAR	-	11	13	-
Remuneração do pessoal-chave da Administração	-	404	2.861	-
Gestão de fundos, carteira de Ativos e agente financeiro (1)	1.734	-	-	1.890
Funcionários adidos - BADEP,				
Estado do Paraná, Paranacidade e IparDES	-	249	2.144	-
Tecnologia da informação - CELEPAR	-	133	1.748	-
Condomínio - BADEP	-	29	336	-
Comissão - Paranacidade	-	404	14.084	-
Ação judicial - ISS Paranacidade (2)	10.586	11.014	3.075	3.075
	<b>12.320</b>	<b>33.387</b>	<b>92.880</b>	<b>4.965</b>

(1) O valor demonstrado em "Ativo" refere-se à taxa de administração e adiantamentos de valores para pagamento de despesas, ambos oriundos da gestão do FDE e da carteira de "Ativos do Estado", serviço de agente financeiro do FDU em operação de financiamento específica, oriunda em 2014, bem como taxa de gestão do FGP/PR.

(2) Conforme mencionado na Nota Explicativa 11, item d, a FOMENTO PARANÁ vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade, valor este registrado como direito na rubrica "Devedores por depósito em garantia", conforme nota 7b. O valor do ISS é retido mensalmente do prestador de serviço, sendo contabilizado como uma obrigação na rubrica "Credores diversos no país", conforme descrito na Nota 10. Quando houver decisão judicial da ação declaratória de imunidade tributária do Paranacidade, a FOMENTO PARANÁ fará o "encontro de contas", com devolução do valor retido ao Paranacidade ou a destinação do depósito judicial à Prefeitura Municipal de Curitiba, para quitação dos autos de infração. Conforme mencionado na Nota Explicativa 7b, foi efetuada uma atualização monetária do respectivo depósito no valor de R\$ 795 (R\$ 3.075 em dez/2015), o qual teve impacto no saldo das contas do Ativo e Passivo, sem efeito do resultado do exercício.

### 22 ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

A FOMENTO PARANÁ atua conforme as regras de requerimento de capital preconizadas no Acordo de Basileia III, do qual o Brasil é signatário e que resultam em um conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e adicional de capital principal compatível com os riscos, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA).

Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	2016	2015
<b>Patrimônio de Referência</b>		
<b>Nível I</b>	<b>1.542.911</b>	<b>1.441.066</b>
Capital principal	1.542.911	1.441.066
Destaque para operações com setor público	(1.258.206)	(1.101.063)
<b>PR para comparação com o RWA</b>	<b>284.705</b>	<b>340.003</b>
<b>Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>		
Risco de crédito - RWAcpad	279.615	241.170
Risco operacional - RWAopad	249.170	192.064
<b>Ativos ponderados pelo risco - RWA</b>	<b>528.785</b>	<b>433.234</b>
<b>Patrimônio de referência mínimo requerido</b>	<b>52.218</b>	<b>47.656</b>
<b>Margem em relação ao patrimônio mínimo requerido</b>	<b>232.487</b>	<b>292.347</b>
Risco de taxa de juros da carteira não negociável - Rban	24	68
<b>Índice PR/ ativos ponderados pelo risco - %</b>	<b>53,84%</b>	<b>78,48%</b>

### 23 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A FOMENTO PARANÁ adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacional, de mercado e de liquidez.

#### a. Risco de crédito

O Risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas em função de um tomador de recursos deixar de cumprir suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A FOMENTO PARANÁ avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação de risco da carteira de operações de crédito através de avaliação da perda (esperada e efetiva), simulação de condições extremas, índices de inadimplência por exposição e concentração de carteira.

As parcelas referentes às exposições a risco de crédito, ponderadas pelos fatores de risco, estão refletidas no valor do RWAcpad, calculado conforme regulamentação do Banco Central.

#### b. Risco operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais ou indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades da instituição.

Os processos de identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais são contínuos e estão de acordo com os dispositivos legais.

Considerando suas características, a FOMENTO PARANÁ utiliza a abordagem do indicador básico, cujo valor é calculado semestralmente seguindo premissas estabelecidas pelo Banco Central, para o cálculo da parcela de risco operacional (RWAopad).

#### c. Risco de mercado

É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercados das posições detidas pela instituição. Na FOMENTO PARANÁ a alocação de capital para cobertura desse risco não se faz necessária, uma vez que as operações da instituição não estão classificadas na carteira de negociação e não estão sujeitas às exposições ao risco em: ouro, moedas estrangeiras, variações cambiais, preço de mercadorias (commodities) e volatilidade do mercado de ações.

De acordo com as especificidades da instituição, é adotado o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco com horizonte de 10 dias e nível de confiança de 99% em todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros. São feitas simulações de cenários extremos e ocorrências de oscilações adversas para verificar o grau de impacto na instituição em situações de crise. A metodologia de simulação adotada é o V@R (value at risk), cujo valor calculado na data-base de dez/2016 é de R\$ 24.

#### d. Risco de liquidez

É a probabilidade da Instituição não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros, correntes e futuros, é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

(i) Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a probabilidade de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetem a capacidade de pagamento da instituição;

(ii) Risco de liquidez de mercado: refere-se à probabilidade de perdas de valor dos ativos que garantam a sua liquidez.

A FOMENTO PARANÁ deverá constituir e manter, permanentemente, fundo de liquidez equivalente, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor de suas obrigações, a ser integralmente aplicado em títulos públicos federais.

#### e. Gerenciamento de capital

A Resolução CMN nº 3.988/11, determina a obrigatoriedade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital, cuja Política e o respectivo Plano de Gerenciamento de Capital são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O Plano de Capital, parte integrante da Política, está alinhado com o planejamento estratégico da instituição e indica medidas de contingência em caso de estresse de capital.

#### f. Responsabilidade socioambiental

Atendendo à Resolução CMN nº 4.327/14, a FOMENTO PARANÁ instituiu e normatizou através da PRESI NC.15, sua Política de Responsabilidade Socioambiental - PRSA, na qual formalizou os princípios e diretrizes fundamentais para a implementação, incorporação e desenvolvimento de práticas sustentáveis para a atuação nos seus negócios e na sua relação com clientes, colaboradores e demais pessoas impactadas por suas atividades. De acordo com essa PRSA, a atuação da FOMENTO PARANÁ será norteada pelo conceito de desenvolvimento que inclui as dimensões econômica, social e ambiental, bem como pelo respeito aos direitos humanos e fundamentais da pessoa humana.

Maiores informações sobre a estrutura e gerenciamento de riscos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico [www.fomento.pr.gov.br](http://www.fomento.pr.gov.br).





# AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Av. Vicente Machado, nº 445, 4º andar. CEP 80.420-010 - Curitiba – PR



PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

### DIRETORIA EXECUTIVA

**Juraci Barbosa Sobrinho**  
Presidente

**Heraldo Alves das Neves**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**Samuel Ieger Suss**  
Diretor Jurídico, Riscos e Compliance

**Clemenceau Merheb Calixto**  
Diretor de Operações do Setor Privado

**Omar Sabbag Filho**  
Diretor de Operações do Setor Público

**Luiz Renato Oliveira Jorge Haully**  
Diretor de Mercado e Relações Institucionais

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Mauro Ricardo Machado Costa**  
Presidente  
**Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque**  
**Claudio Stabile**  
**Darci Piana Rodrigo**  
**Flávio Montenegro**

**Ruy Fonsatti Júnior**  
Vice-Presidente  
**Juraci Barbosa Sobrinho**  
**Norberto Anacleto Ortigara**  
**Rafael de Medeiros Martins**  
**Balan Wellington Otávio Dalmaz**

### CONTADORA

**Luciane Tessaro Perissatto - CRC PR-044315/O-8**

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2016

### Atividades Desenvolvidas

Conforme disposto na Resolução nº 3.198/2004 do CMN, o Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Paraná S/A desenvolveu as seguintes atividades:

- I. Revisou as Demonstrações Financeiras Trimestral e Semestral da Agência de Fomento do Paraná S/A;
- II. Analisou, em conjunto com a empresa de Auditoria Independente, as principais políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras;
- III. Avaliou o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos;
- IV. Avaliou a efetividade das Auditorias Independente e Interna;
- V. Identificou a existência de questionamentos e fiscalizações por parte dos Órgãos Reguladores e de Supervisão;
- VI. Analisou o Relatório da Ouvidoria da Instituição;
- VII. Cumpriu as atribuições determinadas pelo CAD e Bacen.

### Conclusões

As informações e observações obtidas no 2º Semestre de 2016 permitiram ratificar a avaliação deste Comitê de Auditoria de que o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos, implantado na Instituição, mostra-

**Arwed Baldur Kirchgässner**  
Coordenador

**Marcelo Borges Lacerda**  
Membro Qualificado

**Francisco Xavier de Oliveira**  
Membro Efetivo

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Senhores Acionistas:** Os membros efetivos do Conselho Fiscal da FOMENTO PARANÁ, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, baseando-se nos documentos examinados e no Relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FOMENTO PARANÁ, são da opinião de que as citadas peças encontram-se em plenas condições de serem submetidas, apreciadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.  
Curitiba, 15 de março de 2017.

**Edgard Ribeiro Pimentel**  
Conselheiro

**George Hermann Rodolfo Tormin**  
Conselheiro

**Luiz Fabricio Betin Carneiro**  
Conselheiro

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
**Agência de Fomento do Paraná S.A**  
Curitiba - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Paraná S.A ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Paraná S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

se, em seus aspectos nucleares, efetivo e consistente com a natureza e complexidade das atividades desenvolvidas, o que, de nenhum modo, afasta a necessidade de contínuas revisões e implementações de melhorias. Constatou-se que a Auditoria Independente, de uma forma geral, desenvolveu suas atividades em padrão compatível com o porte e características da Instituição, não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação.

Em relação à Auditoria Interna, constatamos sua progressiva efetividade, com demonstrações de evoluções, quer na metodologia adotada, quer na estruturação e na qualidade de seus relatórios.

Considerando o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Risco implantado, a efetividade da Auditoria Interna e a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente, assim como seu respectivo Relatório sobre as Demonstrações Financeiras, este Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016 apresentam adequadamente a posição Financeira e Patrimonial da Agência de Fomento do Paraná S/A em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação societária brasileira e às normas editadas pelo Bacen.

Curitiba, 15 de março de 2017.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 7 de março de 2017



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

**Claudio Henrique Damasceno Reis**  
Contador CRC SC-024494/O-1

[www.fomento.pr.gov.br](http://www.fomento.pr.gov.br)